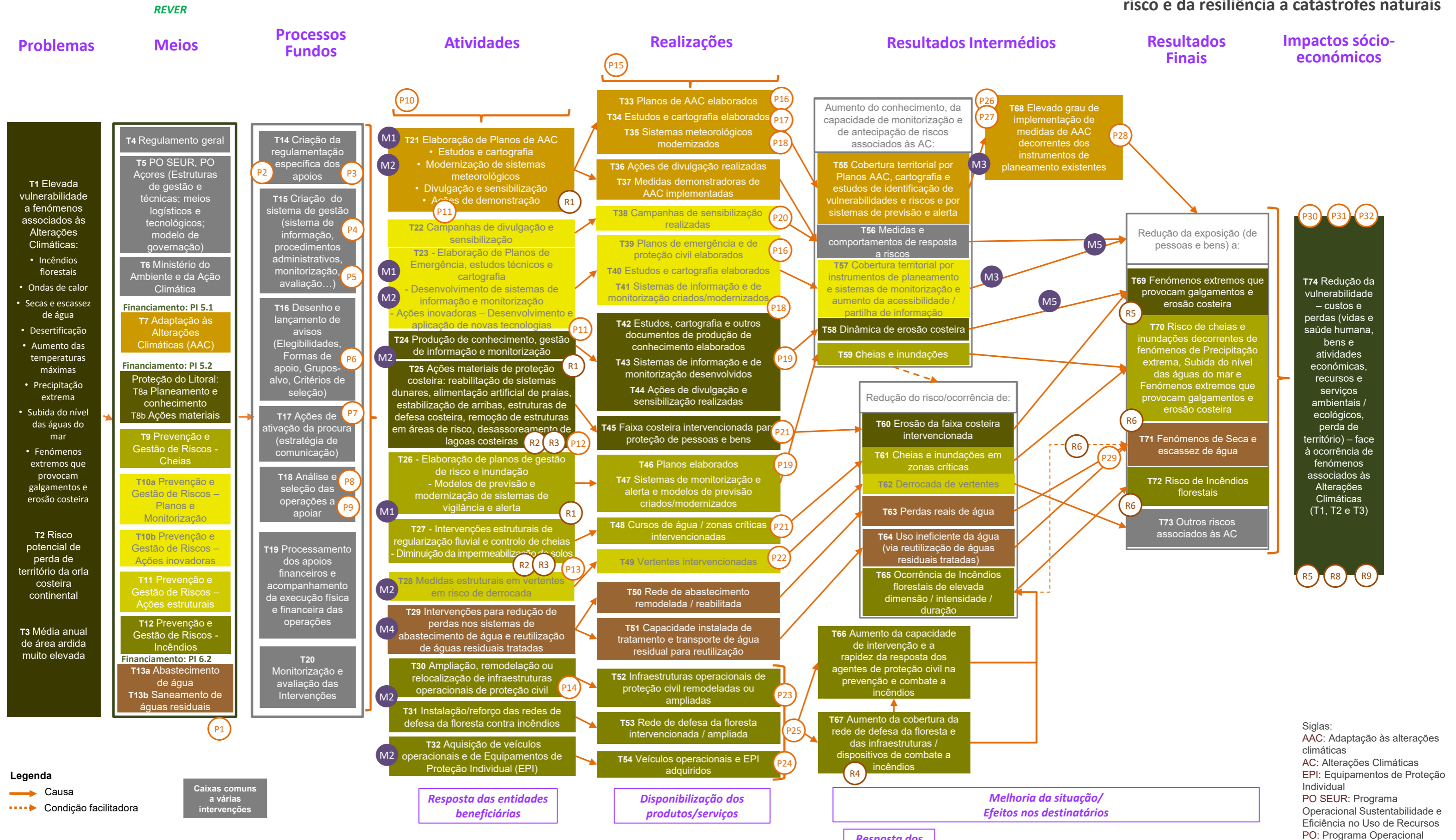


Teoria da Mudança da Melhoria da adaptação às alterações climáticas, da prevenção de risco e da resiliência a catástrofes naturais



Mecanismos

- M1** – A existência de uma estratégia e planos nacionais (ENAAAC) e P3AC), bem como a necessidade de cumprimento de Diretivas Europeias, vincula as entidades à adoção de um conjunto de medidas que contribuam para a AAC, **criando nessas entidades um sentimento de urgência e de compliance que conduz à decisão de implementação de medidas** que respondam aos requisitos de enquadramento legal e de planeamento estratégico,
- M2** – O apoio não reembolsável permite **ultrapassar a limitação de recursos financeiros e capacity gaps** (falta de capacidade e competência humanas dentro das organizações), **incentivando os promotores à realização de investimentos** que, na ausência de apoios, não seriam realizados ou sê-lo-iam em menor escala e/ou mais desfasados no tempo
- M3** – Projetos permitem **mitigar a incerteza sobre riscos e informação local limitada** – conhecimento limitado da natureza e magnitude dos riscos e das vulnerabilidades climáticas nas diferentes escalas territoriais – criando condições para a **decisão informada** (sobre riscos e medidas mais adequadas para os mitigar) e **maior proatividade dos atores com responsabilidades na implementação de medidas** de adaptação às alterações climáticas
- M4** – **[Gestão recursos hídricos] Incentivo financeiro** – a atribuição de apoios não reembolsáveis que incidem sobre a parte dos custos não coberta pelo valor atualizado das receitas líquidas geradas em fase de exploração diminuiu o custo de investimento e de financiamento, melhorando o equilíbrio financeiro da exploração e, por essa via, incentivando os promotores a realizar o investimento
- M5** – **[Divulgação e sensibilização]** O acesso a informação sobre riscos específicos e formas de gestão e adaptação aos mesmos **incentiva práticas e comportamentos coletivos (entidades) e individuais (sociedade civil) de prevenção e menor exposição ao risco**

Pressupostos

<p>Pré-Condições (Meios/Processos Fundos - Atividades)</p> <p><i>Fatores internos:</i></p> <p>P1 Intervenção dos fundos tem escala suficiente para induzir mudanças estruturais</p> <p>P2 Apoios são complementares (nos objetivos) e não concorrências com outros instrumentos de política</p> <p>P3 Elegibilidades, modalidade de financiamento (não reembolsável) e intensidade (taxa) de financiamento são coerentes com o diagnóstico que justifica a intervenção, foram definidas em articulação com os principais <i>stakeholders</i>, e são adequadas à mobilização da procura</p> <p>P4 Capacidade de gestão</p> <p>P5 Sistema de informação adequados</p> <p>P6 Lançamento oportuno, regular e previsível dos Avisos</p> <p>P7 Divulgação e sensibilização dos principais grupo-alvos em articulação com os principais <i>stakeholders</i></p> <p>P8 Capacidade técnica para a análise e acompanhamento dos projetos</p> <p>P9 Os critérios de seleção são adequados e corretamente aplicados, permitindo identificar os projetos com maior potencial</p>	<p>Fatores Operacionais (Atividades-Realizações)</p> <p><i>Fatores externos:</i></p> <p>P10 Existência e atualização de documentos estratégicos e de planeamento setorial (ENAAAC, P3AC, Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, Plano de Ação Litoral XXI, Planos Ordenamento Orla Costeira, Planos Distritais e Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), Plano de Gestão das Regiões Hidrográficas e Planos de Gestão de Riscos de Inundações, PENSAAR...) enquadramentos das intervenções a apoiar</p> <p><i>Fatores internos:</i></p> <p>P11 Promotores possuem a capacidade técnica (ou tem condições para recorrer a recursos externos - capacitação, formação e qualificação técnica) para o desenvolvimento das candidaturas e dos projetos</p> <p>P12 [Proteção do litoral] Intervenções têm por base critérios de ordem técnica, consubstanciados no conhecimento técnico-científico adquirido decorrente de estudos específicos do litoral, e correspondem a intervenções de elevada prioridade, de acordo com os instrumentos de planeamento setorial</p> <p>P13 [Cheias e inundações] Projetos que visem a redução dos riscos de cheias e inundações estão enquadrados nas zonas críticas de inundação, identificadas nas cartas de zonas inundáveis "Water Information System for Europe - WISE"</p> <p>P14 [Incêndios florestais] Projetos de infraestruturas de proteção civil são concentrados em áreas de elevada suscetibilidade a incêndios florestais e subordinados aos instrumentos de planeamento aplicáveis</p>	<p>Qualidade das Realizações (Realizações – Resultados Intermédios)</p> <p><i>Fatores internos:</i></p> <p>P15 Projetos atingem os resultados contratualizados, sem desvios significativos (realização e cronograma)</p> <p>P16 [Planos] Instrumentos de planeamento de base territorial têm lógica integrada (envolvimento de diferentes entidades representativas dos setores público e privado e instituições de conhecimento científico e tecnológico) e complementar, sem sobreposições com outros instrumentos de base territorial e/ou setorial</p> <p>P17 Estudos e cartografia produzida estão subordinados ou servem de suporte a instrumentos de planeamento e estratégia e de suporte à decisão</p> <p>P18 A criação/modernização de sistemas de informação e de monitorização – incluindo a interoperabilidade entre instituições e acesso à informação - permite um acesso mais alargado e oportuno pelos atores que deles possam beneficiar, aumentando a base de conhecimento e a prontidão e capacidade de resposta das entidades competentes</p> <p>P19 Os instrumentos de planeamento territorial e de cartografia de riscos são vinculativos e estáveis (alterações e atualizações são informadas por critérios técnico-científicos), resistindo a pressões imobiliárias e de atividades económicas específicas</p> <p>P20 Campanhas de divulgação e sensibilização atingem os públicos-alvo, que passam a dispor de melhor conhecimento sobre prevenção e formas de atuação perante ocorrências de riscos específicos</p> <p>P21 [Proteção do litoral, Cheias] As intervenções têm maioritariamente caráter estrutural (com períodos de vida útil elevados), permitindo uma redução sustentada da linha de costa em situação crítica de erosão / do risco de cheias inundações</p> <p>P22 [Meios e ações preventivas] Projetos asseguram a resolução estrutural e integrada da situação de risco, que é eliminado ou mitigado de forma sustentada (soluções de elevada durabilidade)</p> <p>P23 [Incêndios florestais] Projetos permitem o efetivo reforço da coordenação e controlo de operações de proteção e socorro de nível distrital e supradistrital</p> <p>P24 [Incêndios florestais] Projetos asseguram uma efetiva substituição / reforço de veículos operacionais de proteção e socorro e de EPI em face do desgaste ou destruição dos meios de combate resultante da operações de combate a incêndios e para o cumprimento do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (DECIF)</p> <p>P25 [Incêndios florestais] Projetos de dotação de meios são acompanhados de formação adequada dos ativos dos corpos de bombeiros e demais forças que integram o DECIG, potenciando a utilização dos novos meios</p>	<p>(Resultados Intermédios – Resultados Finais)</p> <p><i>Fatores externos:</i></p> <p>P26 [Adaptação alterações climáticas] Planos de AAC incluem uma componente de monitorização e avaliação que permita o acompanhamento da sua implementação e eficácia</p> <p>P27 [Adaptação alterações climáticas] Entidades dispõem de recursos para a implementação (atempada) das medidas previstas em estratégias/planos de AAC</p> <p>P28 [Adaptação alterações climáticas] Elevada complementaridade e articulação entre os instrumentos de planeamento desenvolvidos e outros instrumentos estratégicos à escala regional/nacional, bem como de natureza setorial, numa lógica efetiva de <i>mainstreaming</i> da AAC</p> <p>P29 [Recursos hídricos] As intervenções são acompanhadas de políticas tarifárias e de ações de sensibilização que estimulem o uso eficiente da água (que permita redução do consumo) e a sustentabilidade do setor</p>	<p>Políticas complementares (Impactos socioeconómicos)</p> <p><i>Fatores externos:</i></p> <p>P30 Existência e eficácia de medidas de política de AAC em todos os setores, em particular de medidas baseadas nos ecossistemas e medidas que promovam a alteração de práticas e comportamentos nos setores da agricultura e da pesca</p> <p>P31 Existência e eficácia de medidas de política de mitigação e de adaptação às alterações climáticas dirigidas à eficiência energética e melhoria do conforto térmico dos edifícios (em particular na habitação) (Tdm2)</p> <p>P32 Existência e eficácia de medidas de reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, em particular por via da reabilitação e galerias ripícolas e ecossistemas dunares – apoios FEEI PI 6.4</p>
---	---	---	---	---

Riscos

<p>Fatores Operacionais (Atividades-Realizações)</p> <p>R1 Desconhecimento e/ou desconfiança social face às alterações climáticas reduz disponibilidade para aceitação de intervenções mais disruptivas de práticas e comportamentos individuais e sociais e de formas de ocupação e/ou exploração do território, criando resistências que dificultam os processos de decisão sobre as ações a implementar</p> <p>R2 Promotores encontram dificuldades de disponibilidade orçamental ou de mobilização do financiamento da contrapartida nacional (ex. portarias de extensão encargos) para a realização dos projetos apoiados, levando a atrasos ou à não realização</p> <p>R3 Promotores encontram dificuldades implementação de obras de grande envergadura (ex. licenciamentos, contratação pública), levando a atrasos ou à não realização</p>	<p>Qualidade das Realizações (Realizações – Resultados Intermédios)</p> <p>R4 Tendência de redução do número de efetivos nos corpos de bombeiros pode limitar eficácia do dispositivo de combate a incêndios</p>	<p>(Resultados Intermédios – Resultados Finais)</p> <p>R5 Manutenção da dinâmica populacional e de ocupação do território - concentração de população e atividades económicas na faixa litoral e abandono do interior – aumenta a exposição a riscos específicos (ex. erosão costeira e riscos de cheias no litoral, risco de incêndios no interior)</p> <p>R6 Uso de água para combate a incêndios aumenta pressão sobre disponibilidade, sobretudo em anos de seca/escassez</p>	<p>(Impactos socioeconómicos / Sustentabilidade)</p> <p>R7 Incerteza quanto à capacidade de assegurar recursos financeiros para encargos de manutenção e capacidade de reinvestimento em infraestruturas de proteção civil, equipamentos e sistemas de informação e monitorização e estruturas de proteção do litoral e de contenção de massa em vertentes, na ausência de apoio continuado</p> <p>R8 Agravamento do quadro de projeções de alterações climáticas reduz eficácia das intervenções ou impõe a necessidade de medidas adicionais não antecipadas</p> <p>R9 Baixa índice de cobertura por seguros e desajustamento das apólices aos riscos emergentes (prémios de risco e coberturas não refletem o estado da arte do conhecimento sobre os impactos das alterações climáticas)</p>
---	--	--	--

Teoria da Mudança da Melhoria da adaptação às alterações climáticas, da prevenção de risco e da resiliência a catástrofes naturais



Nota: (1) a preencher na Versão 2